

## O KOSOVO E A COMUNIDADE INTERNACIONAL

### **A guerra no Kosovo e a nova ordem internacional**

**António José Telo**

Historiador, Professor da Academia Militar

A guerra no Kosovo será motivo de reflexão durante muito tempo, como o mais recente conflito do pós-Guerra Fria. Nestas breves linhas vamos simplesmente tecer umas curtas e não exaustivas considerações à sua volta, agrupadas em três ordens de preocupações: os valores da nova ordem, a sua construção política e as implicações militares.

#### **Os valores da nova ordem em edificação**

O Kosovo permitiu alterar um conjunto de valores do passado, apressando a criação de uma nova ordem. Um dos mais significativos foi o da legitimação do uso da força. A teoria normalmente aceite até aqui era que a violência era legítima em termos internacionais se fosse defensiva ou se tivesse o beneplácito da onu.

A nato apresentou e defendeu no seu conjunto uma nova teoria da legitimação do uso da força, que ficou consagrada na prática. Segundo esta, a onu continua a ser a instância por excelência que pode aprovar o uso não-defensivo da violência, mas admitem-se excepções. É o caso de um evidente atropelo dos direitos humanos e dos valores consagrados na Carta da onu, numa situação que torne impossível obter a unanimidade no Conselho de Segurança, embora exista uma maioria que considera justificado o recurso a medidas extremas. Nestas circunstâncias, a violência pode ser considerada legítima, desde que se forme uma coligação suficientemente ampla para a sua aplicação e desde que nenhum grande poder esteja disposto a uma intervenção directa em apoio do lado atacado. É preciso acrescentar que a teoria não foi anunciada exactamente deste modo e os seus defensores entre os membros da nato apresentaram nuances subtis, desde a relutante França à afirmativa Inglaterra.

Esta teoria imposta na prática é a mais importante renovação dos valores aceites na comunidade internacional desde o fim da II Guerra Mundial. Recordo que um valor aceite não é o que tem uma aprovação unânime, mas sim o que tem por detrás uma coligação suficientemente ampla para o impor, tal como aconteceu.

Penso que se trata de uma evolução previsível. O anterior conceito de legitimação do recurso à violência em termos internacionais tinha por detrás a realidade de um mundo bipolar, onde se devia evitar a todo o custo o confronto directo das superpotências, pelo que se compreendia a necessidade de obter a unanimidade no Conselho de Segurança da onu. Mesmo então, como é sabido, havia conceitos paralelos: o mundo comunista, por exemplo, considerava legítimas as guerras «justas» e ilegítimas as outras, sendo evidente que era ele a decidir o que era e não era «justo». Com a transição para um instável período unipolar, de duvidoso sentido da evolução, é normal que se reveja o conceito de «guerra ofensiva legítima», um ponto central de qualquer ordem internacional. Paralelamente é revista a hierarquia e operacionalidade das organizações multilaterais de segurança.

## **O Kosovo e a construção da nova ordem**

Uma das perguntas que interessa responder é a de saber por que os eua e a nato se empenharam no Kosovo. Ao fim ao cabo, o planeta está cheio de casos mais ou menos evidentes e em larga escala de atropelos dos direitos humanos, mas os eua não se mostram interessados em começar uma guerra aberta em relação à maior parte deles. Porquê o Kosovo?

A resposta é complexa e impossível de resumir num artigo, até porque implica a análise de uma série de centros e agentes com lógicas, interesses e motivações diferentes. Vamos meramente tecer algumas breves considerações à sua volta centradas nos eua.

Um recente relatório do Secretário de Estado Americano William Cohen identificava cinco (e somente cinco) «interesses vitais» dos eua<sup>1</sup>. O primeiro era a protecção da população e território dos eua; o segundo era impedir o desenvolvimento de poderes hostis regionais ou globais; o terceiro era assegurar o livre acesso a recursos essenciais; o quarto era dissuadir ou derrotar uma agressão contra aliados dos eua; o quinto era defender a liberdade das linhas de comunicação e comércio. Penso que as razões porque os eua se empenharam no Kosovo têm a ver sobretudo com o segundo ponto, embora tenham igualmente ligações aos números três a cinco.

O Kosovo e a Sérvia são a secular fronteira de culturas, religiões e interesses nacionais contraditórios. Ali se encontra o mundo islâmico com o eslavo e o cristão e se cruzam as influências da Rússia, Alemanha, União Europeia, Turquia, Grécia e mundo árabe. A Sérvia formou-se e evoluiu justamente como uma guarda avançada do mundo eslavo na fronteira com os interesses e influências que vinham do Sul. É uma das zonas mais sensíveis e instáveis do planeta, que já provocou uma série de conflitos internacionais, o mais importante dos quais foi a I Guerra Mundial.

Depois de 1990 esta zona, sem deixar de ser de fronteira e instável, passou a conhecer um vazio de poder, com o desfazer da urss, do Pacto de Varsóvia e do Estado Federal Jugoslavo. Significa isto que, enquanto antes as contradições seculares se apagavam perante o poder efectivo e consagrado de Estados fortes e coligações com fronteiras claramente definidas, depois é a explosão das contradições nacionais, económicas, religiosas, étnicas e culturais. É uma crise que começou logo com a queda do Muro e se arrasta há já dez anos sem possibilidade de uma solução estável nos próximos tempos, até porque, tal como acontece na Palestina, as múltiplas minorias não têm fronteiras claras e zonas exclusivas. A ex-Jugoslávia não é o único «vulcão» desta conturbada transição, mas é o mais perto da União Europeia, literalmente em cima das suas fronteiras e na zona de alargamento imediato.

Os eua seguiram desde o fim da Guerra Fria várias políticas em relação a esta região. Numa primeira fase, a sua posição foi essencialmente de distanciamento, dentro da ideia de que nenhum interesse vital estava em jogo. Correspondeu à metade inicial da década, com o desfazer da Jugoslávia e um empenhamento sobretudo da Alemanha, França, Turquia, mundo árabe, Ucrânia e urss, em sentidos diferentes. A ex-Jugoslávia tornou-se um caldeirão de pequenos confrontos e guerras civis larvares.

A partir de meados da década, porém, Washington promove um envolvimento da onu para uma solução de peace-making na Bósnia, essencialmente por dois motivos: a alternativa era ou um maior empenhamento da osce ou uma tendência para a vitória de um dos lados, o que incentivaria os poderes que apoiavam o outro a uma escalada. A ex-Jugoslávia estava a tornar-se, em resumo, um importante incentivo para os poderes de

segunda ordem vizinhos se empenharem em políticas autónomas, para o renascimento de tendências nacionalistas e da afirmação de «esferas de influência». O desenvolvimento não agradava aos eua.

A terceira fase do processo surge quando se verifica que a intervenção da onu e da União Europeia na Bósnia não era eficaz. Os eua dão então o passo seguinte: fomentam a ideia de uma intervenção através da nato, ou seja, uma intervenção coordenada e dirigida directamente por eles. O resultado, depois de meia dúzia de dias de bombardeamento foi a paz de Dayton, um verdadeiro caso paradigmático desta época de transição. É uma paz que não resolve nenhum dos problemas que provocaram o conflito e que é insustentável sem a presença de uma força externa de dimensão muito razoável.

A ifor tinha na composição original cerca de sessenta mil homens, dos quais à volta de vinte mil eram americanos e o restante de doze países, entre os quais o contingente português. O principal objectivo desta força era a de se interpor entre as partes em conflito e evitar a violência.

Os eua obtiveram duas importantes vantagens em termos da construção da nova ordem. Em primeiro lugar colocaram uma força internacional sob sua coordenação indirecta (mas real) na ex-Jugoslávia, ou seja, preencheram parcialmente o vazio de poder que era uma tentação para a evolução dos Estados vizinhos com ambições de alargarem a sua influência regional e aplicarem projectos próprios. Dito por outras palavras, os eua desarmaram uma potencial zona de criação de uma hegemonia regional e transformaram-se no árbitro de uma das mais importantes regiões de fronteira, geradoras de instabilidade.

Em segundo lugar, e muito mais importante que o primeiro ponto, os eua afirmaram a nato como a grande organização da segurança europeia e afirmaram-se a si próprios como o pilar central da nato. Foi uma iniciativa que desarmou simultaneamente as veleidades da União Europeia de desempenhar um papel autónomo e da Rússia de fazer algo de semelhante através da osce. Com esse movimento os eua criaram as condições para o alargamento da nato e transformaram-na na grande organização de segurança global (e não só europeia), com uma política interveniente e uma presença que se faz sentir muito para além da bacia do Atlântico. Os dois passos seguintes e quase inevitáveis foram a recente revisão do conceito estratégico e a adesão de novos membros. Os eua, depois de muita hesitação, decidiram transformar a nato no grande organismo multilateral de criação de uma nova ordem, função que ela já tinha cumprido na anterior transição, como referi em recente artigo<sup>2</sup>.

A solução «americana» do problema da Bósnia implicava a manutenção do papel activo dos eua. Não era aceitável que depois de impor pela força uma solução na Bósnia, os eua e a nato se desinteressassem do renascer do conflito em zonas vizinhas, muito especialmente se estas estivessem a Sul e a Leste. Tudo indica, embora ainda não seja possível apresentar provas documentais, que quando o conflito étnico no Kosovo se intensificou os eua pensaram que o poderiam resolver com uma solução semelhante à da Bósnia: meia dúzia de dias de bombardeamentos, seguidos de uma rápida retirada da Sérvia e da formação de outra força internacional semelhante à anterior.

Aparentemente foi esquecido que para a Sérvia e o Kosovo era uma zona vital, à qual nem faltavam os atractivos históricos de berço da nação e de terra dos mitos. Um dos problemas das transições unipolares é que quem se sente com demasiada força tende a

rapidamente tomar atitudes arrogantes e criar resistências que uma atitude mais dúctil evitaria.

Disse, porém, que o «esquecimento» foi aparente, porque é igualmente possível que «alguém» tenha pensado que mais valia defender oficialmente a tese de que o problema se podia resolver com uma campanha aérea de três semanas feita por menos de trezentos aparelhos. Uma operação desta envergadura era relativamente barata e podia ser montada com um mero reforço do dispositivo já no terreno. Em contrapartida, se fosse dito que a campanha implicava uma força de mais de mil aparelhos durante mais de setenta dias, muitos dos agentes da coligação hesitariam. É preciso não esquecer que a coligação por detrás do início da guerra do Kosovo era politicamente mais frágil do que no caso da Bósnia ou do Golfo.

Do ponto de vista dos eua, em resumo, a imposição pela violência de uma solução para o Kosovo semelhante à da Bósnia vinha na lógica da política anterior e servia essencialmente para orientar e apressar a transição em curso, dificultando o eventual nascimento de poderes regionais ou globais com ambições e políticas autónomas, que podiam evoluir para atitudes contraditórias ou hostis. Condiçionava ainda a evolução em Estados vizinhos amigos ou aliados na actual conjuntura, como a Grécia, Turquia e Albânia.

### **A dimensão ética**

As anteriores linhas poderão parecer ao leitor menos atento um ataque ou crítica ao papel de Washington no processo global da transição. Na realidade, são a mera constatação de um facto, sem juízos morais ou éticos. Permitam, no entanto, que teça algumas breves considerações neste campo.

O papel dos eua ao tentarem orientar a actual transição num determinado sentido e atrasarem o aparecimento de hipotéticos interesses autónomos é perfeitamente normal e natural. A Inglaterra fez algo de semelhante durante dezenas de anos, nomeadamente em relação aos eua. É um papel que exige a formação de uma coligação ampla e se justifica através da invocação de «altos valores morais», que partem da revisão das teorias aceites por quem domina a ordem em construção.

Na realidade, e de um ponto de vista pessoal, diria que se não existisse quem cumprisse esse papel, tinha de ser inventado. A responsabilidade global (e quem a exerça) é normalmente a ténue e incerta fronteira entre a ordem possível e o caos. A alternativa não é entre uma ordem global imposta por uma coligação forte e uma qualquer «libertação»; a alternativa real é entre uma ordem global, que se procura justificar com princípios éticos e morais selectivamente aplicados pelos principais Estados democráticos, ou uma ordem imposta por quem regionalmente tiver mais força, o que normalmente passa por um longo período de guerras e «limpezas» para exterminar a oposição local. É assim que se constroem os Estados fortes e as hegemonias regionais, desde que a comunidade internacional o permita, é claro. Esse é um ponto essencial que será bom não esquecer, pois ele é normalmente omitido em certas versões simplificadas das relações internacionais.

### **As soluções de longo prazo**

Os conflitos típicos do período de transição actual, como o Golfo, a Bósnia ou o Kosovo, têm um «pequeno» problema inerente: é que não terminam com soluções estáveis, que

possam ser asseguradas com as forças locais. Se a comunidade internacional nada fizesse e deixasse que os poderes regionais se consolidassem, então teríamos, depois de uma operação de «limpeza» mais ou menos ampla, publicitada ou discreta, uma solução estável e estaria exterminado o foco de conflitos, eventualmente da pior maneira possível em termos éticos. Pelo contrário, a interposição de forças internacionais entre as partes não resolve os problemas de fundo e implica a manutenção dessas forças por tempo indefinido. É um sistema de «eternização dos conflitos», independentemente da justiça ou injustiça da solução. O que se está a fazer é lançar à terra sementes de Palestinas um pouco por todo o mundo. Este facto é tanto mais evidente quanto maior for a «ajuda humanitária» e a acção das entidades internacionais no apoio às «vítimas» e aos mais fracos.

Uma das limitações deste processo é que a capacidade de intervenção da comunidade internacional é escassa. Há um limite evidente para a possibilidade de qualquer coligação, por mais rica e poderosa que seja, manter forças expedicionárias de milhares de homens a muitos quilómetros da sua fronteira por longos anos. Mais tarde ou mais cedo é inevitável o cansaço e a contestação de uma despesa permanente e regular que não é pequena. Quando a força internacional eventualmente acabar por retirar, será quase inevitável o reacender dos conflitos, que têm normalmente motivos locais com raízes seculares, a ponto de só poderem ser evitados pelo exercício permanente de um poder forte.

O mundo actual, em resumo, tende a ser instável pela multiplicação das zonas de fronteira resultantes do desaparecimento dos anteriores Estados, valores e ideologias fortes. É uma instabilidade que se institucionaliza devido em larga medida à tendência da comunidade internacional de intervir para evitar uma vitória clara de uma das partes, em nome de valores como a «manutenção da paz», o respeito pelas minorias ou os direitos individuais. É claro que a comunidade internacional só faz isto em certas zonas, até porque não tem capacidade para actuar em todas, tantas elas são. A intervenção, em resumo, é selectiva e analisada caso a caso de acordo com os interesses próprios e as pressões da opinião internacional.

### **A guerra do Kosovo**

A campanha aérea do Kosovo demonstrou sem margem para dúvidas as possibilidades do desnível técnico e das tecnologias emergentes. A primeira fase consistiu na destruição da capacidade do sistema de defesa aérea e correu relativamente bem. O grande problema foi que a Sérvia optou inteligentemente por não activar todos os dispositivos de defesa aérea, de modo a evitar a sua detecção e destruição. Terá eventualmente contribuído para essa decisão a verdadeira razão dos poucos aparelhos que tentaram levantar voo nas primeiras horas, entre os quais os Mig-29 do esquadrão 127 em Batajnica, a unidade de elite. O primeiro e importante elemento não previsto – segundo tudo indica – surge quando a Sérvia desencadeia a campanha de limpeza étnica e promove o êxodo de centenas de milhares de refugiados.

A segunda fase da campanha começou tal como era de esperar ao fim de três dias e consistiu no isolamento das forças sérvias no Kosovo e na destruição dos seus principais nós logísticos, de comunicações e comando. A terceira fase, que devia ser igualmente curta, pecou desde o primeiro momento pela hesitação entre dois tipos de alvos possíveis: as forças sérvias no Kosovo e as infra-estruturas de transporte e energéticas na própria Sérvia. O seu objectivo era destruir a vontade de resistir e impor as condições da paz e

não, ao contrário do que inúmeros comentadores civis e militares disseram, provando, a sua ignorância, preparar uma qualquer ofensiva terrestre. Esta hipótese nunca poderia ter sido considerada seriamente por qualquer militar competente e com algum conhecimento da realidade histórica.

Qualquer das fases foi bem sucedida, no sentido de que se obtiveram os objectivos visados com um nível de baixas praticamente nulo. Simplesmente, a terceira fase, em vez de poucos dias, viria a prolongar-se por oito semanas e implicou a mobilização de mais de mil e trezentos aparelhos (quatro vezes o previsto), dos quais três quartos eram americanos. Foi este facto que transformou o Kosovo em algo diferente da Bósnia.

A principal implicação política do prolongamento do conflito é que a coligação de vontades que o sustentava começou a abrir brechas e a sofrer uma evolução inesperada. Verificou-se quando foi necessário escalar o conflito a grande dependência da Europa como um todo em relação aos eua, mesmo numa guerra de média intensidade. É uma dependência não só em termos numéricos (três quartos dos aparelhos empenhados eram americanos) mas também qualitativos. Todos os elementos decisivos num conflito deste tipo eram americanos, desde os bombardeiros estratégicos, às munições gps, aos aviões Stealth, ao sistema de comunicações e controlo, à capacidade de coordenação, ao sistema logístico geral, às informações e ao controlo do espaço. Mesmo as tecnologias usadas pelos principais países europeus empenhados eram na esmagadora maioria de origem americana e estavam dependentes do seu apoio logístico, como os mísseis de cruzeiro disparados por um submarino britânico (uma estreia para a Inglaterra), os aviões-radar da nato e da França ou os F-16 holandeses, que abateram um Mig-29 da Sérvia.

A dependência europeia não só se tornou evidente com o correr do tempo, como os seus efeitos foram acentuados pelo facto de, a partir de certo momento, se terem tornado visíveis clivagens entre a maneira americana e a de alguns países europeus na condução geral do conflito, nomeadamente a Itália e a França. Este facto contribuiu para aumentar a determinação da União Europeia de procurar construir a médio prazo uma alternativa de defesa minimamente autónoma, que não seja somente o pilar europeu da nato.

Neste campo particular, os eua obtiveram o resultado oposto ao esperado: em vez de reforçar o sentimento de segurança dos parceiros europeus aumentaram o seu desejo de procurar uma alternativa autónoma, sem abandonar o entendimento de base. Os eua, em resumo, poderão ter apressado o ritmo de uma transição em curso em vez de o atrasar.

Algo de semelhante se passou em termos dos efeitos da guerra na Rússia e na China. Esta última reagiu fortemente ao bombardeamento da sua embaixada em Belgrado, e reforçou a intenção de desenvolver rapidamente as tecnologias que carece no campo da defesa, não sendo de excluir a possibilidade de ensaiar aproximações pouco normais para o facilitar. A Rússia sentiu todo o prolongado esmagamento da Sérvia como uma humilhação e desdobrou-se em iniciativas políticas para manter a sua pouca influência na zona, sem um empenhamento directo que neste momento não pode suportar. O conflito, tal como decorreu, serviu para reforçar as forças nacionalistas e saudosistas no gigante enfraquecido, o que era a última coisa que os eua pretendiam.

A guerra do Kosovo foi, em resumo, uma espada de dois gumes para os objectivos políticos dos eua. Não foi, ao contrário do esperado, uma mera repetição do caso da Bósnia numa escala um pouco maior. Em múltiplos campos importantes, como as relações com a Europa, a Rússia e a China, provocou uma reacção no sentido contrário ao desejado. Noutros, em contrapartida, serviu para reforçar os objectivos políticos gerais

dos eua, nomeadamente quando reafirmou a nato como a grande organização de segurança em termos globais, permitiu a aplicação na prática de um novo conceito de legitimação do uso da força, sem uma reacção demasiado forte das opiniões públicas internas, comprovou as capacidades das novas tecnologias, reforçou a posição americana na Europa Oriental e junto do mundo árabe.

A guerra serviu ainda para confirmar a existência real e efectiva de um mundo unipolar, embora seja uma unipolaridade enfraquecida e não estável. O grande problema da transição em curso está justamente em saber se a unipolaridade se vai reforçar ou se tende a diluir-se. A guerra do Kosovo dá sinais em ambos os sentidos e não é clara neste aspecto.

### **A guerra hoje**

Um outro campo onde o conflito é especialmente rico é na reflexão que possibilita sobre a guerra no mundo actual. É um dos mais antigos campos da actividade humana, onde está em curso uma ampla revolução silenciosa e da qual pouco se fala.

Será bom, antes do mais, recordar que a Sérvia, apesar de muito debilitada nos últimos anos, tem uma base tecnológica mais avançada que a de muitos Estados da Europa central e oriental, com uma longa tradição de procura da auto-suficiência em termos militares. Era um dos poucos países a nível mundial capaz de construir aviões de combate supersónicos (o Orao, um projecto conjunto com a Roménia), ou fragatas relativamente modernas (as Kotor); as forças armadas não só estavam equipadas em larga medida com material de fabrico local, como este era exportado para o mundo árabe e para a Ásia (principalmente aviões de treino a reacção Galeb e Super Galeb, armamento ligeiro e peças antiaéreas automáticas de pequeno calibre). O seu equipamento mais moderno, embora em pequena quantidade, estava ao nível de qualquer país europeu, como o esquadrão de caças Mig-29, os helicópteros de combate Gazelle (usados igualmente pela França e Inglaterra), os duzentos e cinquenta tanques M-84 ou os micv de construção local. O sistema de defesa antiaéreo era mesmo mais sofisticado que o do Iraque.

Apesar disso, as forças armadas da Sérvia não só se revelaram absolutamente incapazes de defender o espaço aéreo do seu país, como no cômputo final só impuseram um nível de baixas extremamente reduzido, que se salda por dois aviões oficialmente abatidos (um F-16 e um F-117, ambos americanos), casos excepcionais, onde o azar se misturou com erros de planeamento e com uma hábil armadilha no caso do aparelho Stealth. Na Segunda Guerra Mundial, por exemplo, a raf considerava que os seus bombardeiros nocturnos obtinham um bom resultado quando as baixas eram da ordem dos 3 por cento numa operação. Os eua no Vietname consideravam um bom resultado baixas da ordem dos 1 por cento numa operação. No caso da guerra do Kosovo as baixas foram de menos de 0,2 por cento em toda a guerra, que comportou centenas de operações. Não há comparação possível.

Há duas conclusões a tirar: em primeiro lugar o diferencial tecnológico actual é de tal ordem que assegura uma quase imunidade no uso da força armada desde que seja possível reunir certas condições prévias, onde se destaca a capacidade de planear as operações cuidadosamente, o isolamento do inimigo em relação a poderes tecnologicamente desenvolvidos que o possam apoiar, a existência de uma vontade política firme, o controlo da opinião pública interna e o uso de bases seguras. Em segundo lugar, tendo em conta que a Sérvia tinha uma tecnologia relativamente

sofisticada ao nível de um Estado médio europeu, podemos concluir que o diferencial tecnológico na escala desejada só foi possível pelo empenhamento dos EUA nas operações. Na realidade, todas as observações futuras sobre a guerra no mundo actual só se aplicam a conflitos em que de um lado esteja uma coligação liderada pelos EUA e do outro poderes de média ou pequena dimensão. São os conflitos mais típicos e normais da época de transição que vivemos.

Tanto a guerra do Golfo como a do Kosovo, não poderiam jamais ter sido montadas sem a participação americana. A União Europeia em conjunto, mesmo que conseguisse reunir a quantidade de homens e material necessário e mesmo que os conseguisse colocar no terreno e assegurar a logística, não tinha elementos imprescindíveis para assegurar o diferencial técnico capaz de reduzir as baixas a quase nada num conflito contra um poder de tecnologia comparável ao Iraque ou à Sérvia. São um conjunto de elementos difíceis de indicar, que ao observador menos atento podem parecer sem importância, mas que são o coração da revolução militar em curso. Destacam-se aspectos como o controlo do espaço e dos seus usos militares, a obtenção de informações, a sua distribuição em tempo útil pelos diversos escalões, a capacidade de comando, controlo e visão global, a integração multidimensional do campo de batalha, o domínio do espectro electromagnético, a superioridade dos sistemas informáticos, etc, etc. A guerra do Kosovo prova que há uma «revolução militar em curso» e que no essencial ela é dominada em exclusivo pelos EUA.

### **A revolução militar**

É normal falar em duas grandes revoluções militares nos últimos quinhentos anos: a marcada pela introdução das armas de fogo na passagem para a Época Moderna (séculos xv-xvi) e a marcada pela tecnologia industrial na passagem para a Época Contemporânea (século xix). Hoje assistimos a uma terceira, que resulta da maturidade da informática e da tendência para a criação de armas «inteligentes» a todos os níveis, tendo como limite a muito longo prazo a robotização do campo de batalha.

O Kosovo é o contexto ideal para a aplicação das tecnologias emergentes da revolução militar em curso, tal como já acontecia no Golfo. Ambos são conflitos de um tipo particular da actual transição a que podemos chamar «de consolidação do núcleo». Servem essencialmente para o núcleo da nova ordem internacional em formação, com os EUA numa posição central, se formar e adoptar padrões de comportamento e acção. São guerras que surgem nas zonas de fronteira, sempre que há o perigo de se criar uma hegemonia regional indesejável num ponto sensível, ou de se desenhar uma evolução nesse sentido. São guerras contra poderes de terceira ordem, embora com significado e importância regional, onde existe um evidente desnível tecnológico. Para além disso, a coligação dominante tem facilidade em obter bases seguras próximas do teatro de operações, enquanto o seu inimigo não tem bases seguras fora do território próprio.

Por tudo isso são guerras típicas da nova ordem em formação e iluminam uma importante série de novos factores que marcam a actividade militar no pós-Guerra Fria. Saliento meramente alguns, sem a preocupação de ser exaustivo.

1. São guerras num mundo unipolar, onde só num dos lados existe um poder de primeira grandeza, o que assegura um forte desnível tecnológico e um imenso desequilíbrio nas baixas. O desnível tecnológico faz com que um dos lados ataque e o outro se limite a encaixar os golpes enquanto pode e a actuar em termos políticos e de propaganda, sem



real hipótese de defesa, o que acaba por ser entendido mais tarde ou mais cedo. O facto permite igualmente regras do jogo muito mais favoráveis do que, por exemplo, as que limitavam os pilotos americanos no Vietname, que tinham que sofrer o tiro dos sam, mas não podiam destruir os seus armazéns situados em Hanoi ou os navios que os transportavam, pois os eua receavam que isso provocasse uma resposta directa da China ou da urss.

2. São guerras de profissionais, feitas por Forças Armadas onde o núcleo é formado por técnicos com uma aprendizagem específica de mais de cinco anos, por vezes de dezenas de anos. Necessariamente, esse núcleo é profissional e também necessariamente é relativamente pequeno, quanto mais não seja porque é muito cara a sua formação, manutenção e operacionalidade, mesmo para os Estados mais ricos do mundo. O cidadão-soldado que nasceu em força com a Revolução Francesa e estava associado à revolução militar da época industrial está morto e enterrado nas sociedades desenvolvidas pós-industriais, embora a transição ainda não esteja completa. Entenda-se: o cidadão-soldado continuará a existir durante muitos anos em conflitos periféricos das sociedades menos desenvolvidas; simplesmente perdeu em larga medida a sua função nas sociedades desenvolvidas que passam pela actual revolução militar, necessariamente associada a Forças Armadas profissionais e numericamente reduzidas.

3. São conflitos globais, embora tenham a aparência de ser meramente regionais. Os meios aéreos no Kosovo usaram pelo menos cinco países vizinhos, mas a rede de apoio era muito mais ampla. Os bombardeiros estratégicos, por exemplo, operavam directamente a partir da Inglaterra (os B-1 e os vetustos dinossauros B-52 com dezenas de anos) ou da base de Whiteman/Missouri nos eua (os B-2, que custam mais que o seu peso em ouro e foram usados pela primeira vez em operações reais). As operações dos B-2 implicavam voos de mais de dez mil quilómetros, só possíveis com vários reabastecimentos no ar. A rede de apoio distante abarcava toda a Europa e a bacia do Atlântico, com importantes bases logísticas na Alemanha. Não faltou um significativo apoio de aviões-tanque dado a partir das Lajes (os habitantes de Praia da Vitória pouco dormiram nessas noites). Só a nato poderia montar actualmente uma guerra dita regional mas efectivamente global deste tipo, com um apoio assegurado directamente a partir de três continentes e de dezenas de Estados.

4. São guerras de «munções inteligentes». Na campanha aérea cerca de 90 por cento das munções usadas eram «inteligentes», ou seja, tinham algum tipo de direcção para atingir o alvo de maneira precisa. Para além dos meios mais conhecidos (laser, radar, televisão, infravermelhos, lid, etc.), foram usadas pela primeira vez munções jdam (Joint Direct Attack Munitions) que usam um sistema de navegação que aproveita os dados da rede de satélites gps. São uma tecnologia que veremos ser aplicada cada vez mais, pois é precisa, barata, evita praticamente qualquer risco às plataformas de lançamento e não exige meios auxiliares de condução no terreno. Desaparece o papel discreto das forças especiais que foi tão importante no Iraque em termos da condução terminal das munções inteligentes de há poucos anos atrás. Basta dizer que as jdam foram as únicas munções que puderam ser usadas em qualquer tipo de condições, de dia ou de noite, mesmo quando a maior parte dos aviões ficava em terra devido ao mau tempo.

5. São guerras onde o essencial é a integração operacional de múltiplas tecnologias usadas pelas mais diversas armas. Dou somente um exemplo: os Mig-29 sérvios foram abatidos por aparelhos da mesma geração tecnológica (os F-15 e F-16C americanos e

holandeses), mas que tinham acesso a um universo de informações operativas muito mais desenvolvido e usavam mísseis ar-ar (os aim-120 amraam) de terceira geração, enquanto os caças sérvios só dispunham da segunda geração e eram dirigidos por um sistema de controlo rígido e manipulado pela nato, pelo que não tinham qualquer hipótese. O melhor que teriam feito nestas circunstâncias era não levantar voo, mas foi necessário abater quatro aparelhos para que isso fosse entendido.

**6.** São guerras onde, dentro das tecnologias integradas, o factor decisivo é a capacidade C4 e o uso operacional da informação. O essencial, dito por outras palavras, é criar a capacidade de conhecer e controlar o teatro de operações em tempo real nos níveis operacionais e negar qualquer visão coerente deste ao inimigo ou, ainda melhor, distorcer a visão que ele recebe. Tal implica uma «cauda» numerosa, onde se destacam os meios de reconhecimento, vigilância e observação, as unidades de guerra electrónica, as unidades de avaliação, as informações, a manipulação dos sistemas contrários, etc. A mera manipulação dos sistemas contrários, tanto militares como civis, pode ser suficiente para num futuro próximo resolver uma guerra deste tipo nas primeiras horas sem baixas directas. Os meios de reconhecimento, vigilância e observação, por seu lado, vão desde os múltiplos satélites, aos rpv e uav de controlo remoto (dos três ramos), às bases de reconhecimento electrónico aéreas ou terrestres, sem esquecer os meios mais tradicionais, como os aviões, informadores e observadores.

**7.** São conflitos onde a mistura entre os vários níveis é maior que nunca. O militar está necessariamente integrado com o político, o diplomático, o cultural e a acção humanitária, entre outros. A fronteira entre o militar e o político é ténue, mesmo em termos operacionais, mas, ao mesmo tempo, é necessário que as regras do jogo estejam definidas de forma clara e possam ser aplicadas sem demoras pelo comando operacional. Em conflitos deste tipo é essencial uma clara estruturação do comando e da sua interligação, o que é especialmente difícil tendo em conta os muitos Estados envolvidos e as situações concretas muito diferentes da direcção política e do comando militar.

**8.** Em termos estritamente militares são guerras onde é essencial a criação de forças equilibradas dentro dos objectivos políticos previamente estabelecidos. Muitos observadores salientam que o Kosovo foi a primeira guerra ganha somente por meios aéreos, mas é uma observação simplista e deturpada. O que se criou foram forças equilibradas, onde os meios aéreos eram o principal elemento de actuação nas condições políticas vigentes, embora pudesse acontecer exactamente o contrário noutras conjunturas. Os meios aéreos, por exemplo, não poderiam actuar sem o dispositivo em terra que garantia a segurança das bases, nomeadamente através da dissuasão de uma ofensiva terrestre da Sérvia contra os países vizinhos. A participação dos meios navais foi igualmente importante, tanto em termos de porta-aviões, como dos bombardeamentos iniciais com mísseis de cruzeiro (alguns disparados de submarinos e navios) e, sobretudo, ao assegurar o bloqueio da costa inimiga, o abastecimento das forças próprias e o controlo das vias fluviais.

**9.** São guerras que confirmam a necessidade de desenvolver outro tipo de armas mais adaptadas para os meios terrestres. A tecnologia das munições inteligentes em termos aéreos e navais alcançou a maturidade depois de um desenvolvimento que se arrasta há mais de cinquenta anos (os primeiros mísseis datam dos meses finais da II Guerra Mundial). No entanto as munições inteligentes em termos dos meios terrestres dão somente os primeiros passos, pois elas são muito mais exigentes quanto à miniaturização

de componentes e à flexibilidade de uso. É neste campo que são de esperar os desenvolvimentos mais espectaculares nos próximos tempos, como é notório na chamada «Joint Vision 2010», dos Joints Chiefs of Staff dos eua. Não é difícil prever que uma força terrestre combinada dentro de alguns anos poderá cumprir funções semelhantes às dos actuais meios aéreos, não somente em termos do campo de batalha imediato (o que hoje faz), mas em termos de uma ampla zona com dezenas de quilómetros de profundidade, o que será suficiente para decidir a maior parte dos conflitos deste tipo. Muitos dos programas actuais do exército americano apontam para a criação de uma capacidade desse tipo, como o sistema Crusader, o Comanche, o projecto himars, as Guided-mlrs, o Army Tactical Missile System Block ii e iia, os uav de ataque (para além de reconhecimento em tempo real), etc. Todos estes meios serão integradas em sistemas de gestão do teatro de operações a muitos níveis, nomeadamente no gccs-a (Global Command and Control System Army). Será um universo de informação comum e partilhada em tempo real, onde os elementos mais avançados permanecem passivos em termos de emissões, enquanto recebem a parte relevante da visão global para o cumprimento das missões e transmitem os elementos que recolhem. O grande problema dos sistemas integrados deste tipo é a sua segurança, ou seja, a extrema vulnerabilidade das forças que o usam se ele for manipulado pelo inimigo. É por esse motivo que não se pode tornar operacional sem uma garantia absoluta de segurança. O Kosovo permitiu experimentar em condições reais alguns elementos básicos do sistema de gestão integrada do futuro campo de batalha.

**10.** As operações adjacentes ao conflito confirmaram o grande atraso existente no desenvolvimento de uma tecnologia de armas não letais, essenciais nas operações de paz ou para garantir a segurança em ambientes de densa população civil posteriores às operações directamente militares. Foram dados importantes passos neste campo nos últimos anos, mas são tecnologias ainda na primeira fase de desenvolvimento. Elas são vitais para as operações de paz na Bósnia, no Kosovo ou em Timor, ou seja, para o tipo de operações militares mais usuais na actual fase de transição.

**11.** Conflitos deste tipo estão a desencadear uma ampla reorganização das Forças Armadas da nato em moldes ainda difíceis de determinar de forma precisa. É uma reorganização multifacetada, que decorre em termos nacionais e multilaterais, até porque muitos dos sistemas em desenvolvimento não estão ao alcance de nenhum Estado isolado, com a excepção dos eua. As palavras-chave são profissionalização, flexibilidade e integração, em forças onde, sem ser ainda possível dispensar um núcleo clássico e mais tradicional, é essencial permitir o desenvolvimento de novas áreas de acção militar, mesmo em campos que anteriormente eram considerados exteriores, o que implica nomeadamente uma redefinição da ligação militar-civil. As fronteiras entre as armas e os ramos tradicionais vão ser rapidamente revistas, bem como os métodos de formação dos quadros, sendo neste campo que tudo se irá jogar. A revolução militar em curso, como é perfeitamente normal, encontrará pela frente sérias resistências dos sectores mais clássicos que não a compreendem ou a temem.

As Forças Armadas em formação vão ter uma fronteira difusa entre o militar e o civil e serão constituídas no essencial por um corpo profissional de especialistas e técnicos de muitas aéreas, num equilíbrio muito diferente do actual. O número pouco importa, como se tornou já evidente na guerra do Golfo. O Iraque, por exemplo, tinha forças armadas

gigantescas, mas com isso só conseguiu garantir que terminaria a guerra com baixas igualmente gigantescas.

### **Adenda**

Já depois do artigo escrito e paginado, o que impede alterações, chegaram ao conhecimento do autor informações adicionais que merecem um comentário.

Em primeiro lugar há a confirmação indirecta de que a perspectiva inicial da nato (e do autor do presente artigo quando a guerra começou, acrescente-se) era que as operações aéreas durariam cerca de duas semanas e nunca os mais de dois meses necessários. As declarações de dois coronéis da Força Aérea holandesa destacados para o caoc (Combined Air Operations Centre) e a resposta americana posterior, ajudam a compreender porque é que estas perspectivas se revelaram incorrectas.

O caoc era um sistema independente da estrutura da nato, criado para esta operação, com uma componente americana e outra europeia. Era responsável nomeadamente pela selecção de alvos e, logo, pela aplicação da estratégia geral da campanha. Uma das primeiras constatações dos europeus foi que os eua reservavam inicialmente para os seus aparelhos as operações a norte da latitude 44o N, onde havia maior perigo de resposta das defesas da Sérvia, o que confirma o diferencial tecnológico que já salientámos. É já possível constatar que o sistema de selecção de alvos foi diferente do seguido na guerra do Golfo, em larga medida porque agora os eua tinham de dar maior consideração às reservas e limitações europeias, que colocaram inicialmente entraves políticos de vária ordem à maior parte dos alvos seleccionados.

Na prática e tanto quanto é possível detectar dos comentários públicos actuais, desenhavam-se duas estratégias alternativas: ou desde muito cedo ir aos alvos «civis» em Belgrado, que mais facilmente podiam vergar a vontade sérvia de resistir (como as pontes sobre o Danúbio e as centrais de energia), ou passar por uma fase intermédia de desgaste das Forças Armadas da Sérvia estacionadas no Kosovo, o que só fazia sentido se houvesse a tentação de uma campanha terrestre, hipótese afastada desde o primeiro momento, ou para ajudar as guerrilhas kosovares em dificuldade no terreno. Em termos muito gerais, os americanos inclinavam-se para a primeira hipótese, enquanto os europeus colocavam inicialmente fortes reservas quanto à maior parte dos alvos que seriam importantes e que acabaram por ser seleccionados na fase final.

O resultado inevitável e fatal foi que a estratégia da campanha não era clara. A maior parte dos alvos significativos era proibida na fase inicial. Só à medida que os parceiros europeus se aperceberam que o ponto central estava em vergar a vontade sérvia de resistir, e que tal passava pela destruição de alvos essencialmente económicos no centro da nação sérvia, é que a campanha adquiriu a dinâmica das semanas finais, já com uma intensidade muito diferente.

Em larga medida, as forças militares desempenharam no processo um papel que o Vietname já tinha provado ser o pior possível: eram chamadas a cumprir certos objectivos estratégicos sem que lhes fosse dada a margem de manobra política ou os recursos necessários para o conseguir.

O debate pode parecer secundário e acessório ao observador menos atento, mas é vital e essencial: o que está em causa é a possibilidade e capacidade europeia de construir uma estratégia coerente e de a aplicar, sozinha ou em aliança. Mais do que isso, o que está em causa é o facto da forma como a Europa tem organizada a sua política de segurança e

defesa não ser eficaz. A decisão de passar ao uso da força é algo demasiado sério para que se possam aplicar critérios de gradual e atrasada correcção dos valores éticos iniciais, a pontos de se chegar a um resultado final que é justamente o que se tinha recusado à partida. Por outras palavras, quando se toma a decisão política de usar a violência armada, é preciso que por detrás dela esteja um pensamento coerente e articulado sobre os objectivos a atingir, os meios necessários e o calendário, ou seja, que por detrás dela esteja uma estratégia.

O que a guerra do Kosovo e o debate posterior provam é que a Europa, quer entendida em termos gerais quer na acepção da maior parte dos Estados europeus, não tem a organização, os meios ou a vontade para elaborar uma estratégia coerente e realista ou para a aplicar. Não é sequer claro quem pode tomar decisões. Sem dúvida, a aceitação desta realidade é algo que pesa e custa e a todos os europeus, mas enterrar a cabeça na areia e garantir que nada de anormal se passa é pura e simplesmente irrealista. Bom será que alguém aprenda e reflecta com as lições do Kosovo e de nada vale procurar ultrapassar a irrecusável realidade com uma inundação de declarações de boas intenções, com uma procura dos galões como alternativa à lógica, ou com declarações mais ou menos inócuas e ilógicas sobre a pretensa ética e moral, que nada mais são do que a ausência de um pensamento ou razões que a razão não entende, embora sejam fáceis de entender. Qual é a ética de só no final aceitar os alvos que se recusavam inicialmente, com o resultado que a campanha se prolonga por mais de dois meses e passa pela inútil destruição de centenas de alvos intermédios quando poderia ter durado duas semanas?

#### **Notas**

1 William S. Cohen, Annual Report to the President and Congress. Washington DC, 1998, p. 4.

2 António José Telo, «O papel da nato nas duas últimas transições do sistema internacional», Política Internacional, 19, Primavera-Verão, 1999, pp. 71-83.